

A QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS

NEVES, Jorge Luiz Ferreira*
OLIVEIRA, Claudeni Rodrigues**
Vanessa Fonseca***
FONSECA, Ana Ivânia Alves****

RESUMO

O Norte de Minas Gerais se insere dentro do grande contexto da luta pela terra no Brasil. Importante caminho de escoamento de riquezas durante os primeiros séculos da colonização, o norte das Minas Gerais, lugar de passagem, atualmente se tornou lugar de paragem. Inserida dentro do polígono das secas, a região se vê atualmente cercada por problemas socioeconômicos e ambientais oriundos, principalmente de programas estatais baseado em incentivos fiscais para empresas, cujo objetivo principal era o econômico e não o desenvolvimento social, continuando, portanto as grandes disparidades sociais, de concentração de terra e renda nas mãos de alguns. Dessa forma, diversas redes sociais vêm surgindo na região numa tentativa de retomar o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Norte de Minas, Questão Agrária, Resistência

SUMMARY

The Northern Ontario falls within the general context of the struggle for land in Brazil. Important way of disposing of wealth during the first centuries of colonization, the north of Minas Gerais, passing place, now became a place to stop it. Inserted within the polygon of drought, the region now finds himself surrounded by socioeconomic and environmental problems come mostly from government programs based on tax incentives for companies whose main objective was economic and not social development, continuing thus important social disparities , concentration of land and wealth in the hands of a few. Thus, different social networks they see emerging in the region in an attempt to return to sustainable development.

Keywords: Northern Mines, Agrarian Question, Resistance

*Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros

**Mestrando em Filosofia. UNESP.

***Graduando em Zootecnia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista do CNPq.
e-mail: fv_vanessa@yahoo.com.br

****Doutoranda em Geografia pela UNESP Campus Rio Claro. Bolsista da FAPEMIG. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA/UNESP). e-mail: anaivania@gmail.com

O NORTE DE MINAS ENTRE OS CAMINHOS DA CANA-DE-AÇUCAR E DO OURO.

Abordar uma discussão sobre o norte de Minas Gerais, ou sobre os Gerais como é carinhosamente dito e cantado pelos seus moradores é sempre enriquecedor. Tal análise, entretanto, requer um retorno a própria história de colonização e desenvolvimento do Brasil, isso porque a região está intimamente ligada ao processo de interiorização do país, devido, principalmente, pela ligação Minas Gerais e Nordeste, mediante o Rio São Francisco. Motivo também que fez com que a região fosse palco de grandes projetos de irrigação em meados do século XX.

A ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade no século XVII, quando aqui se encontravam as correntes de povoamento vindas pelo norte, fruto da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e pelo sul, das bandeiras paulistas [...] no século XVII, registram-se as primeiras doações de grandes Sesmarias, a margem direita do Rio São Francisco fica com Garcia Ávila (Casa da Torre) e a esquerda com Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte). Mas são os primeiros bandeirantes paulistas que fundam as primeiras povoações, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, todas às margens do Rio São Francisco, eixo econômico da região. (OLIVEIRA M. 1996, p. 78)

A região norte - mineira se formou com a doação de grandes lotes de terra, configurando também uma área de aglomeração de terras em posse das famílias nobres. Logo, os mais pobres não tiveram vez nessa distribuição, conforme define Guimarães (1989, p. 94): “Obter o máximo de rendimentos em riqueza e tributos era o objetivo da dominação, pouco se lhe dando atender às prementes necessidades dos que, desaqueinhados, nada possuíam além de sua força de trabalho”.

A partir dessa afirmação, verifica-se que a região foi sendo dominada pelos grandes fazendeiros, os chamados coronéis, que detinham todo o poder econômico e político na área de abrangência de sua fazenda. Segundo Rodrigues (2006, p. 116), “Os grandes fazendeiros fizeram fortuna em terras e em gado. Além disso, foram detentores de grande poder político que se exercia com base na posse ou na propriedade da terra”. Então, as grandes fazendas de gado se perpetuaram na região, com utilização de pouca mão-de-obra e muita terra, formando grandes espaços territoriais.

A região estava dentro, portanto, de dois importantes ciclos econômicos da época, de um lado o nordeste açucareiro, de outro o ouro das Minas Gerais. Apesar disso, a região não podia ficar a mercê dos interesses econômicos, por isso, apesar de grandes fazendas existentes na região, principalmente às margens do rio São Francisco.

E que deram origem a pelo menos duas importantes cidades: Januária e São Romão. Essas cidades até meados do século XIX desempenharam importante papel no comércio regional, mais com o declínio econômico das províncias da Bahia e de Goiás, essas cidades também perderam importância no cenário econômico¹. Entretanto, desenvolveu-se nessas regiões variadas atividades agrícolas, dessa forma, “mais do que a pecuária, a região, sem dúvida, tem uma tradição, uma *agri-cultura*, há o requeijão, o queijo de *Minas*, o cuscuz, a rapadura, o licor de pequi, a cachaça, o bolo de milho, além de remédios”.²

Foi, principalmente, a partir da década de 60, que o Estado volta à atenção para o quadro regional norte - mineiro. Os Gerais passa a ser visto como fonte de renda. Mas renda para quem? Para o povo ou para as empresas? Qual a justificativa do Estado para uma empreitada numa região que durante séculos foi deixada à própria sorte, ou melhor, nas mãos dos grandes latifúndios como dissemos no início do trabalho.

Os Gerais, ou seja, as terras públicas das chapadas dos sertões do norte de Minas se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos, seja pela apropriação à mão grande, na ponta do fuzil. Tudo isso articulado ao pólo siderúrgico do Quadrilátero Ferrífero, fornecendo carvão de ótima qualidade, vegetal, para queimar nos altos-fornos e/ou nas indústrias de ferro-ligas de Sete Lagoas, Capitão Enéas, Várzea da Palma, Pirapora, Ipatinga, Bocaiúva, Betim,... (GONÇALVES, Carlos Walter, 2000, p. 26).

Para justificar a interferência no Norte de Minas Gerais, até então abandonado pelos órgãos públicos, o Estado tratou de criar diversas estratégias para tentar convencer a opinião pública da necessidade da entrada no sertão, dentre estas estratégias destaca-se a inserção do Norte de Minas no denominado Polígono das Secas³, como na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

De acordo com Laurindo Mékie, quando a SUDENE foi criada, em 1959, já havia pelo menos quatro instituições federais no nordeste: o DNOCS, a CHESF, a

¹ PEREIRA, Laurindo Mékie. (2007, p.35).

² GONÇALVES. Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais. Breve Ensaio sobre o Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e atualidade. (2000, p.23)

³ O Polígono das Secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativo e não corresponde à zona semi-árida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semi-deserto a áreas com balanço hídrico positivo. (www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas)

CVSF, e o BNB, o que indica, segundo ele, que os diversos problemas presentes na região não estavam necessariamente ligados a falta de recursos públicos, mas se deviam principalmente pelo falta de um gerenciamento conjunto dos diversos órgãos públicos presentes na região, como também de atuação efetiva do Estado. No entanto, a SUDENE, pretendia justamente resolver tal problema, por isso, um dos principais propósitos da instituição era atacar justamente esses pontos, “centralizar, orientar, disciplinar, todas as ações do governo federal na região”⁴.

Na realidade a empreitada nas terras dos Gerais, tinha objetivos unicamente econômicos, o povo continuou entregue à própria sorte, ou melhor, agora à mercê das empresas exploradoras das matas e dos minérios da região, cujos incentivos fiscais vinham do próprio Estado.

Essa forma colonial conformou a apropriação e a exploração do território Norte-mineiro, particularmente na segunda metade do século XX [...] Particularmente nas quatro últimas décadas, no intuito de atingir o desenvolvimento, o Estado adotou uma série de políticas de estímulo à produção agrícola e industrial na macrorregião do Nordeste, da qual o Norte de Minas é parte [...] No campo, as invernadas, os projetos de irrigação e a monocultura de eucalipto e pinus, chamada equivocadamente de reflorestamento foram os três elementos ou processos de transformação no cenário Norte-mineiro para a efetivação do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado, para a região. (BRITO, 2006, p.12),

De acordo com Carlos Walter,(2000, p. 27), o processo de des-envolvimento regional introduzido no Norte de Mina, além da monoprodução de eucalipto, a queima do cerrado para fazer carvão e os projetos de irrigação, subordinou o agricultor familiar aos interesses das firmas, ou seja, não deixou outra alternativa ao pequeno produtor, ou vendia sua terra, ou entrava na onda da monocultura, seja de algodão, como foi o caso da região de Porteirinha e Riacho dos Machados, seja de uma fruticultura irrigada, como na região da Jaíba.

A partir de então o moderno na região é o gaúcho, descendente de alemães ou de italianos ou, ainda o japonês que vem fazer milagre. O moderno é a irrigação. O moderno é a monocultura. O moderno é o reflorestamento, eufemismo encontrado para a monocultura do eucalipto. O moderno é o carvão. O Geraizeiro, o Caatingueiro, O Vazanteiro, são vistos como sinônimo de atrasado, de atraso a ser superado. (GONÇALVES, Carlos Walter, 2000, p. 30)

As veredas secaram, o pequi virou carvão. Os Gerais foi privatizado, já não se pode ir a mato pegar um remédio ou procurar um pequi para pôr no arroz, o que era de

⁴ Cf. PEREIRA. Laurindo Mékie. (2007, p. 48).

todos foi cercado, perdeu a vida. Os brejos começaram a secar com o isso as plantações de feijão, de milho, de mandioca e outras já não crescem com antes. Os “de fora” injetaram na terra veneno, agrotóxicos, em vez de cuidar da terra.

As empresas que se apossaram dos Gerais não estavam preocupadas com os ecossistemas locais, a única preocupação era com a acumulação de capital. Dessa forma, a dinâmica e fluxos peculiares, os recursos hídricos: a água, o solo, a fauna, a flora foram ignorados, como também o povo do lugar. O que faz parte atualmente da visão capitalista, preocupação exclusiva com o acúmulo de capitais, atualmente não, sempre fez parte da ideologia capitalista no Brasil, desde os primeiros anos da colônia. É economia, a única preocupação do capitalismo. Enquanto o lugar e a pessoa são rentável tudo bem, caso contrário, é abandonado à própria sorte.

Será que o desenvolvimento foi alcançado ao longo dos anos que se passaram? Esta é uma questão facilmente respondida pela média dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDHM) – índice que se baseia em indicadores de renda, educação e expectativa de vida – das cidades do Norte de Minas que é a terceira média mais baixa entre as 12 mesorregiões do IBGE, ficando atrás apenas do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha. De acordo com o **QUADRO 2**, podemos constatar essa posição lamentável que ocupa o Norte de Minas, haja vista que é a maior mesorregião de Minas Gerais em termos de extensão territorial.

Mesorregião	IDH Médio	PIB	PIB <i>Per Capita</i>
Triângulo Mineiro	0,809	R\$ 23.548.299.020,00	R\$ 11.914,49
Metropolitana de BH	0,795	R\$ 61.354.313.445,00	R\$ 10.325,82
Oeste de Minas	0,789	R\$ 5.374.969.057,00	R\$ 6.084,22
Sul e Sudoeste de Minas	0,785	R\$ 16.288.607.550,00	R\$ 6.907,68
Campo das Vertentes	0,775	R\$ 2.958.033.146,00	R\$ 5.586,23
Zona da Mata	0,762	R\$ 10.924.012.370,00	R\$ 5.204,94
Noroeste de Minas	0,757	R\$ 2.484.234.085,00	R\$ 7.180,28
Central Mineira	0,754	R\$ 2.289.865.812,00	R\$ 5.821,96
Vale do Rio Doce	0,736	R\$ 10.554.853.410,00	R\$ 6.824,70
Norte de Minas	0,691	R\$ 5.666.984.737,00	R\$ 3.676,13
Vale do Mucuri	0,677	R\$ 1.283.176.438,00	R\$ 3.417,83
Vale do Jequitinhonha	0,659	R\$ 1.817.473.340,00	R\$ 2.642,62

QUADRO 2: Indicadores sociais das mesorregiões de Minas Gerais
Fonte: PNUD (2000) e IBGE (2003). Org.: NEVES, J. L. F. (2008)

OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS.

O que foi então que ficou da política de intervenção na região? Ocorreu a perda da população local do seu espaço de vivência, o qual foi apropriado pelas empresas reflorestadoras, fazendo com que as populações tradicionais se refugassem em pequenos espaços ou então se mudassem para a cidade, provocando o êxodo rural. Houve o aparecimento dos impactos ambientais devido dentro outros fatores, à monocultura. Grandes quantidades de áreas desmatadas e devastadas, desequilíbrio o regime de água, gerando a secagem de pequenos córregos e nascentes. Além de não promover a materialização da distribuição da riqueza, essa política causou grande concentração de terra e renda nas mãos de grandes empresários, concretizando um enorme impacto sócio-cultural sem precedentes. Logo, pode-se concluir que o desenvolvimento talvez possa até ter sido alcançado, mas não foi localmente, outros lugares podem ter melhorado sua economia através dos recursos tirados de muitos norte-mineiros, implicando um padrão de desenvolvimento excludente e desigual.

Quanto ao ‘desenvolvimento’, as desigualdades são perceptíveis quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – índice baseado em indicadores de educação, longevidade e renda –, os índices de desigualdade social, de pobreza e de exclusão. Esses indicadores demonstram, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. [...] Apenas os municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma apresentam um IDHM superior a 0,700. A maioria dos municípios apresenta uma média regional em torno de 0,690, índice caracterizado como médio baixo. (PEREIRA, 2006, p. 37).

O que se infere também é que o pequeno produtor familiar não foi levado em consideração nos planos governamentais. Todas as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento, que, para o Estado, era sinônimo de mecanização e latifúndio, expulsando as populações tradicionais dos seus territórios. E o pior da formação desses latifúndios é a improdutividade da maioria deles, servindo para nada mais além de reserva de valor para os seus donos, contribuindo para uma má distribuição de renda. Portanto, “a condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, é cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permanece alto”. (PEREIRA, 2006, p. 38),

No Norte de Minas Gerais, perante essa realidade cruel de acumulação de terra e renda, a luta pela terra se faz necessária, como afirmam Barbosa e Feitosa (2006, p.171): “A luta pela terra no norte de Minas tem origem, pelo menos, no século XIX,

com a legislação que institui o mercado de terras no país, mas se intensifica com o processo conhecido com modernização do campo, a partir dos anos 1960”. Nesse sentido, entende-se que, assim como no Brasil, a luta pela terra na região norte-mineira é antiga, mas ganha força a partir da segunda metade do século XX em decorrência da intervenção do Estado no intuito de promover um suposto “desenvolvimento”, que não levou em conta as verdadeiras necessidades das populações locais.

Em meio a este cenário de modernização conservadora, por meio da imposição de um modelo de desenvolvimento pronto, os agricultores familiares buscam formas de resistir a esse processo. Assim, destacam-se nos anos 60, 70 e 90 dois eventos: o conflito de Cachoeirinha em Verdelândia - MG, e o conflito da fazenda Tapera, no município de Riacho dos Machados - MG, configurando-se como uma resposta à tentativa de expulsão de suas terras por fazendeiros ou empresas⁵. Portanto, a partir do final da década de 1990, observa-se no Norte de Minas Gerais o surgimento de importantes movimentos de luta pela terra e preservação ambiental, intensificando na região os conflitos agrário, dentro dos ideais dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, MST.

Dessa forma, surgem outros movimentos de luta pela terra, como: o assentamento Mocambo Firme, em Montes Claros - MG; a ocupação da fazenda Caatinga, no município de São Francisco - MG, em 2002, formando o acampamento Eloy Ferreira; a ocupação da fazenda Sanharó, também em Montes Claros - MG, em 2003, criando o acampamento Estrela do Norte; a ocupação da fazenda da Prata e da fazenda Cocal, criando os acampamentos Josué e Che-Guevara, no município de Pirapora - MG, também em 2003; a ocupação da fazenda Covanca, constituindo o acampamento Chico Mendes, no município de Campo Azul - MG, ainda em 2003; a ocupação das fazendas Norte-América, Calumbins e Brejinho Muquem, formando os acampamentos Délcio e Ezequiel, Sol Nascente e Darci Ribeiro, respectivamente, todos no município de Capitão Enéas - MG, entre 2004 e 2005; a ocupação da fazenda Pé da Serra, em Japonvar - MG, em 2004; a ocupação da fazenda Marilândia em Manga - MG, criando o acampamento Valdir Junior, no ano de 2005; a ocupação de uma área no município de Juvenília - MG, criando o acampamento Porto Agrário. Conforme Barbosa e Feitosa (2006), todas essas áreas ocupadas formam um total de 23.090 hectares de terra e 718 famílias assentadas.

⁵ Cf. Barbosa e Feitosa (2006).

Essas ações se caracterizam como uma forma de resistência à expansão capitalista no campo e também como luta pela Reforma Agrária, ou seja, pela distribuição de terra. Na ausência de um Estado que represente a todos, e na falta de uma política de regularização fundiária no sentido de dar a essas famílias mecanismos para que possam produzir e se desenvolver, os movimentos sociais vem demonstrando ao Estado como gerenciar a terra, por exemplo, por meio de cooperativas agrícolas. As cooperativas surgiram a partir das feiras que sempre existiram nessas regiões, como alternativa de valorização dos saberes locais e sua gente e ao mesmo promover o desenvolvimento sustentável da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil atualmente é assunto que precisa se colocado em pauta, não pode ser tornar um assunto intocável, como se fosse caso encerrado. Tal postura apenas concretiza a postura latifundiária do país, e a terra continua sendo concentrada nas mãos de uma minoria. É preciso ressaltar a importância dos movimentos de luta pela terra no país, como forma de apresentar àqueles que não conhecem a história sócio-econômica e cultural do país, ou a conhecem a partir do ponto de vista da elite brasileira, a outro lado da história. Do ponto de vista da maioria dos meios de comunicação a luta pela terra no Brasil é coisa de “vagabundos”, por isso costumam utilizar o termo “invasão” ao se referir as ocupações de terras, é mais uma tentativa de formar opiniões e manipular o povo. Fala-se por aí que o “Brasil um país de todos”. Quem é “o todos”? Será apenas o reconhecimento de si mesmo e não do outro, ou de si mesmo, sem o outro? Se falar de todos é falar do eu com o outro e do outro através do eu, é preciso mais que palavras é preciso que isso se efetive. Então é preciso unir forças junto aos diversos movimentos sociais que procuram apresentar o que não é dito nem mostrado sobre o Brasil. Um Brasil que ainda escraviza o homem no campo e nas cidades, não visível por quem tem olhares apenas para o consumo e o outro é visto como coisa, objeto de lucro, moeda de troca.

No Norte de Minas Gerais a luta não se reduz a terra, a luta é também pela qualidade de vida e distribuição de renda, nesse sentido, as cooperativas agrícolas que já são efetivaram na região desenvolvem um importante trabalho junto aos agricultores familiares. As redes de colaboração atuam no gerenciamento e distribuição de produtos como a polpa de pequi, o baru, a mandioca e diversos outros produtos da região, demonstrando que é possível lidar com a terra de modo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. *A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais*. IN: CLEPS JUNIOR, João; FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Gomes. (Organizadores.) *Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. P. 171-193

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. *Travessia no Sertão dos Gerais: Tradição e Modernidade nas Margens do São Francisco*. IN: CLEPS JUNIOR, João; FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Gomes. (Organizadores) *Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. P.107-129

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, território e complexo forestal industrial: O caso de Vereda Funda – Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

CARDOSO, José Maria Alves. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. IN OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins e RODRIGUES, Luciene (Organizadores). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. P. 173-346.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. *As Minas e os Gerais. Breve Ensaio sobre o Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas* In: Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e atualidade. LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Orgs.). Edição de comemoração dos 15 anos do CAA: Centro de Agricultura Alternativa. Max Gráfica e Editora Ltda. Editoração Gráfica: Maria Rodrigues Mendes. Imprensa Universitária da UNIMONTES. 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins e RODRIGUES, Luciene (Organizadores). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, Anete Marília Pereira. *Múltiplos Olhares sobre a Região Norte de Minas*. Revista Cerrados v.4 – n.1 – 2006. Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte - mineiro*. (Tese de Doutorado – História/USP). Universidade Estadual de São Paulo, 2007.